

Elementos que apontam a relevância da ética do discurso de Karl-Otto Apel

Elements pointing out the relevance of the Karl-Otto Apel's Discourse Ethics

*Antonio Wardison C. Silva**

Resumo: O mundo contemporâneo vive uma globalização da violência, fruto das relações econômicas, políticas e sociais. Frente a essa realidade, Karl Otto Apel arquiteta uma ética capaz de pensar e propor normas para os problemas que afetam a humanidade e o planeta. A partir dessa constatação, o presente texto propõe uma análise sobre alguns elementos que apontam a relevância da Ética do Discurso de Apel no mundo da técnica e da ciência e, com isso, procura sublinhar os fundamentos da ética apeliana.

Palavras-chave: Ética, Racionalidade, Discurso, Universal.

Abstract: The contemporary world lives a globalization of the violence arising from the economic, political and social relationships. Facing this reality, Karl Otto Apel conceives an ethics able to think and propose rules to the problems that affect the mankind and the planet. As from this confirmation, this article proposes an analysis about some elements pointing out the relevance of the Apel's Discourse Ethics in the world of the technique and science and, thus, it seeks emphasize the grounds of the Apelian ethics.

Keywords: Ethics, Rationality, Discourse, Universal.

* Mestrando em Filosofia pela PUCSP. Graduado em Filosofia e em Teologia. Especialista (*lato sensu*) em Filosofia Existencial e em Psicopedagogia.

Introdução

Na história da humanidade nunca surgiu um problema tão grave como a violência que permeia as relações sociais, econômicas e políticas do mundo contemporâneo, notavelmente causada por um “sistema” denominado *globalização*. O desenvolvimento desse sistema global trouxe marcas ainda insuperáveis que nortearam os caminhos das relações internacionais em todo o mundo: o movimento do capital passou a exercer a centralidade de toda transação comercial e, como consequência, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, que provocaram a competitividade financeira entre as nações, bem como o aumento da produtividade de bens de consumo e de trabalho. As relações internacionais passaram a se consolidar em torno da economia. Enquanto os grupos sociais de poder aumentaram ainda mais seu poderio econômico e político, alastrou-se em todos os cantos do mundo a pobreza, decorrente da ganância e das guerras friamente armadas, podendo-se afirmar que o mundo globalizado vive uma “globalização da violência”.¹

É nesse contexto real do mundo contemporâneo que a Ética do Discurso, como postula Karl Otto Apel, pretende dar uma resposta *globalizada aos problemas do mundo globalizado*. Uma proposta ética que não se limita às marcas territoriais, sociais e culturais como outras propostas éticas estruturadas por princípios morais singulares e locais, mas que abrange toda a humanidade, em decorrência de sua existência vital. Portanto, uma meta-ética capaz de dialogar com todas as raças, culturas e nações,² a saber:

A tarefa de conciliação inevitável entre o nacional e o global, até mesmo no plano cultural que, em tal situação, é marcado por conflitos profundos entre o ocidente secularizado e o mundo islâmico teocrático, discriminações de crença, de cor e de grupos minoritários, precisamente num mundo em que as migrações e os meios de

comunicação provocam a convivência de populações étnica, religiosa e culturalmente diferentes.³

Nesse sentido, o presente ensaio tem a finalidade, exclusiva, de refletir alguns elementos que apontam a relevância da Ética do Discurso para o mundo globalizado e, com isso, demonstrar os pilares do pensamento ético apeliiano.

1. A dialogicidade entre o mundo ideal e real

A fim de responder às exigências do mundo contemporâneo, a Ética do Discurso, como arquitetada por Apel, está estruturada pela: 1) *comunidade ideal de comunicação* (transcendental da linguagem): assim como Kant, Apel sustenta a originalidade da razão, como faculdade capaz de autoconhecimento, mas constituída na sua dimensão intersubjetiva, de uma comunidade dialogante.⁴ Para a realização da comunidade ideal se pressupõe: compartilhamento de significado intersubjetivo; verdade; veracidade ou sinceridade; e correção moral (parte A);⁵ 2) *comunidade real de comunicação* (portadora de observação das normas tomadas em consenso), ancorada pelo mundo histórico e, por isso, portadora de responsabilidade e aplicação normativa (parte B).⁶

A dialogicidade entre essas duas partes se sustenta pelo fato do dialogante pressupor uma comunidade ideal e real: a primeira dialoga *a priori* na esfera da argumentação, em busca da universalidade e normativas para o mundo; a segunda situa o argumento no meio social, com a pretensão de observar as normas tomadas em consenso pela comunidade ideal, pois a *real* deve atuar como se já representasse a

¹ OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Desafios éticos da globalização*, p. 170-172.

² SILVA, Antonio Wardison C. Ética e responsabilidade social: perspectivas filosóficas conforme Karl Otto Apel. *Repensar*, ano 6, n. 2. dez. 2010, p. 79.

³ OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Desafios éticos da globalização*, p. 175.

⁴ MARCEL, Niquet. *Teoria realista da moral*, p. 94.

⁵ VILELA, Moreno. *Dicionário de pensamento contemporâneo*, p. 283.

⁶ MARCEL, Niquet. *Teoria realista da moral*, p. 125.

ideal. Esta tentativa dialética pressupõe a sociedade *ideal* na *real* e vice-versa.⁷ A comunidade ideal é realizada na real.⁸

Nessa perspectiva, diferente de uma realidade utópica, construída por um ideal paralelamente vinculada ao mundo real e de difícil alcance de suas pretensões prescritas, a Ética do Discurso, embora também postule suas pretensões ideais fora do mundo histórico (ao contrário, estaria fadada pela ganância, pela coerção e pelas influências partidárias e sociais), pressupõe as condições de aplicabilidade de suas normas consensuais para a sociedade global.⁹

Para Apel, não se pode entender que esta pretensão, de aplicabilidade das normas no mundo histórico, seja uma “utopia concreta” (como apontam alguns críticos) – como algo a ser realizado no meio social – mas uma ética estruturada por princípios regulativos cujas normas devem ser observadas no mundo real.

Dessa forma, a Ética do Discurso não pretende ser um “imperativo moral”, mas ser portadora de condições reais de aplicabilidade de suas normas intersubjetivas. Nem mesmo pretende ser uma ideologia. Ainda que críticos definam ou considerem a Ética do Discurso como uma proposta ética formal e ideológica, marcada pela distinção entre a comunidade real (parte A) e ideal (parte B) – como meio de legitimar *ideias* de controle e dominação – ainda não é possível negligenciar a relevância de sua verdadeira proposta, a saber: uma proposta democrática que prima pela igualdade e pela participação de todos os indivíduos numa comunidade de comunicação. A emancipação das normas estabelecidas pretende favorecer as condições necessárias do acordo entre as demais intenções “partidárias” em detrimento do poder centralizado.¹⁰

É imprescindível para a humanidade a organização das instituições internacionais existentes para garantir a defesa das nações, a dignidade da pessoa humana, a legitimidade das culturas e a paz

mundial. Porém, é uma falácia se os acordos em função dos menos favorecidos, dos países subdesenvolvidos ou das nações desestruturadas econômica, civil (marcada pelas guerras entre grupos partidários) e socialmente, não se concretizam.¹¹ Por isso, a Ética do Discurso prima pela observação das normas no mundo real e, por isso, apresenta-se estruturada por uma comunidade transcendente e histórica.¹²

2. A racionalidade discursiva

A Ética do Discurso tem a preocupação de fomentar discussões legítimas e moralmente intencionadas em busca da sobrevivência de todos: pelo direito à vida, pela harmonia social, pela paz mundial e pela preservação da biosfera. Ora, para Apel, o mundo contemporâneo precisa avançar em suas relações internacionais econômicas e sociais para que se efetive o direito e o cuidado à vida, no seu aspecto global. Por isso, em busca de um diálogo participante na comunidade, há a necessidade de uma *globalização de segunda ordem* que garanta a universalidade dos valores culturais e jurídicos de uma *sociedade racional* global. Com isso, pretende-se dizer:

A razão tem a ver com o que é comum, universal; aqui, com o que possibilita a unidade de convivência na diferença. Assim, pode-se dizer que uma sociedade é racional quando resolve seus conflitos a partir do reconhecimento de regras comuns, universais. A garantia da universalidade se faz na medida em que a responsabilidade pela efetivação dessas regras não se prende a um poder privado, mas a instâncias públicas.¹³

É nessa perspectiva que a *sociedade racional* deve recorrer a uma *ética das relações internacionais* a fim de legitimar seus postulados morais de sentido e responsabilidade. “Trata-se de fundamentar a

⁷ APEL, Karl Otto. *Estudios éticos*, p. 155.

⁸ SILVA, Antonio Wardison C.; AQUINO, José Moacir. Estrutura da Ética do Discurso de Karl Otto Apel. *Repensar*, ano 5, n. 2, dez. 2009, p. 43.

⁹ APEL, Karl Otto. *Estudios éticos*, p. 210.

¹⁰ ESTRADA, Juan Antonio. Tradiciones religiosas y ética discursiva. In: FERNÁNDEZ, Domingo Blanco (org. et aut). *Discurso y realidad*, p. 223.

¹¹ OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Desafios éticos da globalização*, p. 175.

¹² SILVA, Antonio Wardison C. Ética e responsabilidade social: perspectivas filosóficas conforme Karl Otto Apel. *Repensar*, ano 6, n. 2, dez. 2010, p. 80.

¹³ OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Desafios éticos da globalização*, p. 177.

ética, a justiça e o direito tendo como referência a humanidade como um todo, uma macroética universalista da humanidade”.¹⁴

Dessa forma, a fundamentação da Ética do Discurso, que somente é possível pelo uso da linguagem intersubjetivo-consensual, alcançará, pela linguagem, o exercício pleno da razão, que, ao mesmo tempo, constituirá o exercício pleno da linguagem dos indivíduos e, dessa forma, a representação do *discurso prático* da sociedade humana. Portanto, “razão é, então, essencialmente, intersubjetividade [...] A razão se efetiva essencialmente na cooperação entre sujeitos; possui em si mesma um nexos interno à relação sujeito-objeto”.¹⁵

Apel propõe uma ética racional ao buscar no discurso o *medium* de todo entendimento entre os indivíduos. Aqueles que argumentam, raciocinam; a razão é o “produto” do diálogo e o diálogo é a expressão máxima da racionalidade. Todo aquele que argumenta é portador de uma corporeidade. Por isso, ao falar de uma argumentação racional se pressupõe indivíduos contingentes que argumentam, porque sua corporeidade é portadora de linguagem. E contingente porque o indivíduo contém uma linguagem limitada que somente traz os conceitos gerais da responsabilidade (as expressões linguísticas não dizem do particular, mas do todo, isto é, do geral). Em síntese: “qualquer resultado do discurso não é verdadeiro, se excluir um locutor atual ou potencial do acesso à realidade. Por isso, a verdade do discurso é uma questão de seu conteúdo e não pode ser deduzido do consenso formal”.¹⁶

Ante isso, poderá se falar de uma *racionalidade discursiva* que se define pela interação mútua entre os indivíduos através do diálogo, a fim de validar postulados morais pelo uso do consenso. Se a política, apoiada nessa racionalidade, desenvolver suas “estratégicas” de prestação do direito público, estará excluindo qualquer forma de violência ou de poder em referência à legitimidade das normas de responsabilidade pública.

¹⁴ Ibid., p. 179.

¹⁵ Ibid., p. 187.

¹⁶ HINKELAMMERT, Franz J. Ética de Discurso e Ética de Responsabilidade: uma tomada de posição crítica. In: SIDEKUM, Antonio. *Ética do Discurso e Filosofia da Libertação*, p. 98.

3. Superação de uma ética particular e formal

Para Apel, os interlocutores (portadores de linguagem) devem pressupor, até em último caso – mesmo que pareça impossível – todas as pretensões de validade discursiva em uma comunidade ideal e “isso pressupõe um enorme esforço hermenêutico de entendimento mútuo entre as diversas tradições”.¹⁷ Nesse sentido, se a Ética do Discurso fundamentasse a verdade consensual a partir de dados puramente dedutivos poder-se-ia afirmar que os resultados nada mais seriam que verdade tautológica. Ao contrário, a verdade é oriunda de um exercício processual conteudístico que elimina qualquer possibilidade de tautologia e formalidade,¹⁸ assim como qualquer tentativa de reducionismo cultural.

Sem dúvida, é correta a tese central da ética do discurso de que a tarefa mais urgente de nossa sociedade em processo de globalização é a rearticulação, à altura da problemática e da consciência epistemológica de nosso tempo, da razão prática – ou seja, no centro mesma de nosso mundo se põe, como tarefa urgente, a questão da fundamentação de normas éticas e políticas que não se limitem à descrição de um *éthos* recebido – e de que isso só é possível mediante a reabilitação da forma transcendental de pensar.¹⁹

Daí, entende-se que a Ética do Discurso é uma proposta ética que pretende discutir os problemas urgentes ou não da humanidade a partir da interação entre todas as representações sociais e não restrita a um *éthos*. Com base na racionalidade técnico-científica, ela discute o avanço e o atraso que a técnica trouxe para a civilização contemporânea a fim de traçar meios possíveis de sobrevivência e responsabilidade para toda a humanidade, ainda mais quando a civilização tecnológica “tende a reduzir a racionalidade humana à racionalidade instrumental, atualmente hegemônica”. Porém, são muitas as tentativas ceticistas

¹⁷ OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Desafios éticos da globalização*, 2001, p. 196.

¹⁸ HINKELAMMERT, Franz J. Ética de Discurso e Ética de Responsabilidade: uma tomada de posição crítica. In: SIDEKUM, Antonio. *Ética do Discurso e Filosofia da Libertação*, p. 96.

¹⁹ Ibid., p. 201.

de desprezo a uma proposta ética racional diante das ambiguidades conflitivas e destrutivas do mundo real.

Nossa ética é propositiva e se vê atacada por racionalistas críticos, incapazes de reconstruir uma específica racionalidade prática, por emotivistas, presos no irracionalismo subjetivista do “eu o aprovo, aprove-o você também”; contextualistas que, ao parecer, vêm na universalidade um abandono da solidariedade como provinciano contexto; hegelianos, beatos da “moralidade” realizada em seus respectivos estados, conformados, portanto, com isso, como se a exigência ética não lutasse sempre por escapar da estreiteza do contexto concreto; pós-modernos, empenhados em destruir não sei que razão total.²⁰

Alguns críticos apontam que a tentativa de Apel, em construir uma fundamentação racional da ética no âmbito transcendental da intersubjetividade, é ineficaz e, ao mesmo tempo, inútil, pois há um limite “perene” entre o postulado transcendental de Apel e uma “linguagem prática”, sendo impossível tal fundamentação.

No entanto, se a Ética do Discurso estivesse apenas reduzida a normas morais, poderia afirmar que nada se diferenciaria da ética kantiana, já que essa pressupõe a autonomia e a vontade do indivíduo. E neste sentido, mesmo que fosse obrigado o uso do diálogo para a decisão das normas, predominaria a boa vontade do sujeito, sem ao menos considerar a presença dos afetados e a sua “consciência” autônoma; se a ética estivesse fundada apenas na sua dimensão transcendental, regrediria a um racionalismo cego, abstrato, sem qualquer reflexão hermenêutica e histórica; como também, se a ética apenas suscitasse suas normas da historicidade, perderia o vínculo com o discurso racional (intersubjetiva) e com a universalidade moral. Por isso, a interação entre a via transcendental e o discurso prático histórico-hermenêutico sustenta a verdade e a validade das normas tomadas pela comunidade ilimitada de comunicação e, com isso, sua inclinação real a observância das normas.

Ora, a Ética do Discurso torna-se, também, relevante para o mundo contemporâneo não somente por referenciar-se ao diálogo (no campo racional), como pretensão de acordo e normatização dos princípios morais. Pois se assim fosse, estaria inclinada a uma ética formal e fadada ao fracasso; uma ética condenada ao *darwinismo social*; à coerção político-econômica; e à ideologia de classes.

Distante dessa realidade formal e particular, a Ética do Discurso pressupõe a participação dos afetados, como sujeitos portadores de linguagem e responsáveis pelas normas tomadas em consenso. O afetado deve ser reconhecido pela comunidade de comunicação como alguém legítimo e responsável para discutir os problemas morais que afetam a humanidade. E, por isso, deve ser evitada qualquer tentativa de manipulação ou convencimento argumentativo. Os afetados, caso estejam impossibilitados de participar da racionalidade discursiva, podem ser representados por interlocutores legítimos de discurso.

Conclusão

A Ética do Discurso se confirma como uma *ética racional* e portadora de prestígios por fundamentar-se no discurso como *medium* e máxima de toda verdade, validação e aplicabilidade moral (de linguagem performativa). A ética apeliana, arquitetada numa comunidade ideal e real de comunicação, contrasta os princípios morais hipotéticos, que prescindem de uma autorreflexão de um “sujeito de consciência”, para fundamentar-se na filosofia transcendental do conhecimento que, a priori, realiza a avaliação das normas consensuais. Esses dois fundamentos da Ética do Discurso (parte A e B) diferem de princípios normativos que fundamentam normas éticas estritamente embasadas nas condições empíricas da história real e de processos dedutivos de avaliação ou de *intuição de evidência*.²¹

A Ética do Discurso, ainda que questionada, se configura como uma das propostas ética mais relevante para a humanidade na era da

²⁰ OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Desafios éticos da globalização*, p. 201.

²¹ OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Desafios éticos da globalização*, p. 202.

técnica e da ciência. O “tratado” ético de Apel é uma proposta filosófica aberta que pretende dialogar com as mais derivadas correntes da filosofia; superar o solipsismo e o relativismo; e, com isso, apresentar uma ética universal em prol da sobrevivência humana e planetária.

Em suma, a Ética do Discurso pretende desafiar uma “globalização da violência” em função de uma “globalização de segunda ordem”. Isso vem a ser uma proposta ética corresponsável, democrática, da defesa da vida, macro em seu sentido de validade e aplicabilidade e racional pelo uso intrínseco da linguagem argumentativa. Neste sentido, é possível identificar alguns elementos que apontem a relevância da Ética do Discurso de Karl-Otto Apel na Idade Contemporânea.

Bibliografia

- APEL, Karl Otto. *Estudios éticos*. Trad. Carlos de Santiago. México, D. F.: Ediciones Coyocán, S. A., 2004.
- ESTRADA, Juan Antonio. Tradiciones Religiosas y Ética Discursiva. In: FERNÁNDEZ, Domingo Blanco. *Discurso y realidad*. Madrid: Trotta, S.A., 1994.
- HINKELAMMERT, Franz J. Ética de Discurso e Ética de Responsabilidade: uma tomada de posição crítica. In: SIDEKUM, Antonio. *Ética do Discurso e Filosofia da Libertação: modelos complementares*. São Leopoldo: Unisinos, 1994.
- MARCEL, Niquet. *Teoria realista da moral*. Trad. F. José Herreiro Botin e Nélio Schneider. São Leopoldo: Unisinos, 2002.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Desafios éticos da globalização*. São Paulo: Paulinas, 2001.
- SILVA, Antonio Wardison C. Ética e responsabilidade social: perspectivas filosóficas conforme Karl Otto Apel. *Repensar*, ano 6, n. 2, dez. 2010.
- SILVA, Antonio Wardison C.; AQUINO, José Moacir. A estrutura da Ética do Discurso de Karl Otto Apel. *Repensar*, ano 5, n. 2, dez. 2009, p. 43.
- VILELA, Moreno. *Dicionário de pensamento contemporâneo*. São Paulo: Paulus, 2000.